



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo n.º 08161018420208205001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação, realizado dentro do prazo legal.**

Desde já o demandado **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** o cálculo apresentado pela parte autora no ID 66571375, eis que eivado de vícios. Vejamos a condenação imposta:

### III. DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I do CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar a demandada Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, a indenizar a parte autora JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO, no montante de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), acrescido de juros legais (1% ao mês), contados a partir da citação (art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ) e correção monetária contada a partir do evento danoso, no caso, a data do acidente, de acordo com os índices do INPC (STJ: REsp 788712/RS; REsp 746087 / RJ; AgRg no Ag 1290721 / GO).

Como cada uma das partes foi igualmente vencedora e vencida na lide, condeno-as, na proporção de metade, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor da condenação, levando-se em conta o grau de zelo do profissional; a natureza e a importância da causa; o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (artigos 85, § 2º e 86 do Código de Processo Civil). Devendo ser respeitado, no que couber, a regra da gratuidade judicial quanto ao previsto no artigo 98, § 2º e 3º do Código de Processo Civil.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independente de nova conclusão.

**Ocorre que, diferentemente da condenação acima exposta, a parte autora cometeu os seguintes erros na elaboração de seu cálculo:**

- 1) Índice de correção utilizado foi o IGP-M, porém a condenação determinação atualização pelo INPC.
- 2) Juros incidindo desde o evento danoso, em 14/12/2019, e não desde a citação, em 14/08/2020, conforme condenação;
- 3) Honorários de 10%, sem observar a distribuição da sucumbência prevista em sentença. Evidente que, tendo em vista a distribuição da sucumbência, é devido ao patrono da parte autora tão somente 5%.

**Importante relevar que, no cálculo correto em anexo, de acordo com a condenação, a data de correção monetária foi retroagida em 2 meses, pois o indexador estava atualizado até janeiro e o depósito ocorreu em março.**

**Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora para manifestação e oportunidade de verificação dos equívocos acima elencados. Caso persista a divergência, pugna desde já pela PROCEDÊNCIA da presente impugnação, com consequente extinção da execução, nos termos do art. 924, II, NCPC, eis que CABALMENTE comprovado que o pagamento realizado se deu nos exatos termos da condenação fixada nos autos.**

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR 5432/RN, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

NATAL, 22 de março de 2021.

**João Barbosa**  
OAB/RN 980-A

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
5432 - OAB/RN

~